

ANGELO AUGUSTO SANTI
asanti@jj.com.br

MAIS UM VETO DO PREFEITO DERRUBADO

Em votação que aconteceu na sessão ordinária de terça-feira (15), a Câmara de Jundiaí derrubou o veto do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) ao projeto de lei do vereador Paulo Sérgio Martins (Solidariedade), que determina atendimento prioritário, em estabelecimento privado de saúde que exijam jejum total, para estender a prioridade a recém-operados, crianças e pessoas com câncer ou fibromialgia.

Proposta do Plano recua e Jd. Brasil volta a ser residencial

ANGELO AUGUSTO SANTI
asanti@jj.com.br

Durante a noite de ontem (16), aconteceu na Câmara de Jundiaí a terceira audiência pública a respeito do projeto de lei que altera o Plano Diretor Participativo do município. O gestor de planejamento urbano e meio ambiente da prefeitura, Sinésio Scarabello Filho, esteve presente, juntamente com o corpo de vereadores, e os munícipes presentes puderam usar a tribuna, durante três minutos cada, para fazer sugestões e críticas ao novo plano.

A maior surpresa em relação às alterações realizadas desde o último encontro ficou em relação ao Jardim Brasil: a prefeitura de Jundiaí, de última hora, cedeu à pressão exercida por parte dos moradores e voltou atrás em relação ao Jardim Brasil, alterando o projeto de lei para que a região continue como exclusivamente residencial. Um abaixo-assinado foi feito e recolheu 85 assinaturas para que a região não fosse aberta a nenhum tipo de comércio. A mudança foi vista com espanto pelos moradores presentes na audiência, uma vez que nada foi



Vereadores e população discutiram propostas na última audiência: votação deve ser feita até o começo de novembro

avisado com antecedência, sendo motivo de duras críticas ao gestor e ao poder executivo.

O bairro já havia sido motivo de quentes discussões durante as duas audiências anteriores pelo fato de que o novo plano propunha a abertura do

bairro para estabelecimentos comerciais de baixo impacto, como escritórios e unidades de saúde, através da mudança de nomenclatura das ruas da região de "via de acesso ao lote" para "via de circulação".

O munícipe Jorge Miguel

se dirigiu ao gestor Sinésio com a palavra "vergonha" pela mudança em cima da hora, citando que a decisão técnica do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comema) foi favorável à permissão para estabelecimentos comer-

ciais, com 16 votos a favor e apenas 2 contrários.

A moradora Maria Cecília Alves de Oliveira, que é a favor da abertura para estabelecimentos comerciais, relatou o fato de já ter tido sua casa assaltada por três vezes, a última delas recentemente à mão armada, além da dificuldade em se negociar as residências do bairro. "Vários imóveis estão abandonados e os proprietários não conseguem vender nem alugar, pois a procura é quase que exclusivamente para uso comercial. Hoje ninguém mais quer comprar ou alugar uma casa para morar no Jardim Brasil", comentou.

Sinésio respondeu, afirmando que todas as decisões foram tomadas com coerência e apontando que as críticas feitas não têm fundamento. "O conflito no Jardim Brasil não foi causado pela prefeitura, ele vem de bem antes do Plano Diretor. A decisão foi tomada de acordo com a maioria e essa é uma questão que deve ser tomada a partir de uma negociação entre os moradores. Montar o Plano Diretor é uma tarefa ingrata, pois nos tornamos alvo de críticas não fundamentadas", completou.